UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI
COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES

ATA DE REUNIÃO Nº 7/2026

No dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e seis, às 8:30h, reuniram-se, na sala de reuniões da Reitoria, os seguintes membros do Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles da Universidade Federal de Jataí para a reunião Nº 7/2026: Christiano Peres Coelho (Reitor), Alana Flávia Romani (Vice-Reitora), Marcos Wagner de Souza Ribeiro (Proad), Eva Aparecida de Oliveira (Prae), Erin Caperuto de Almeida e Rafael Siqueira Silva (Proece), Simone Rezende do Carmo (Propessoas), Sandra Aparecida Benite Ribeiro (Prograd), Núbia de Souza Lobato (PRPI), Danival Vieira de Freitas (Proplan), Maria José Rodrigues e Gildiberto Mendonça de Oliveira (PRPG), Ricardo Porto Simões (Preuni), Danilo Vieira Oliveira (SeTI), Estael de Lima Gonçalves (Secom), Marcelo Silva Freitas (Encarregado de Dados) e Lázara Cristhiane de Assis (Assessora do Gabinete da Reitoria). **Ponto 1. Informes:** A reunião foi iniciada com manifestação do Reitor, que agradeceu a presença dos participantes e informou que precisaria ausentar-se temporariamente em razão de compromissos institucionais relacionados à abertura da Semana da Psicologia e à participação em atividade da Semana da Biologia. Na sequência, foram apresentados informes relativos a obras, infraestrutura, expansão acadêmica, articulações institucionais, orçamento, comunicação, gestão de pessoas e atividades de representação institucional. Inicialmente, foi informado que a obra relacionada ao denominado Retorno Seguro encontrava-se temporariamente em ritmo reduzido em razão da execução das estruturas de drenagem. Esclareceu-se que estavam sendo instaladas peças de concreto destinadas à passagem da água e executadas as respectivas alas laterais para direcionamento do fluxo, não havendo, segundo informado, risco de erosão decorrente da etapa em execução. Foi indicado que a obra deveria ser retomada até o final daquela semana, com o início do processo de aterro e avanço da execução da via. Registrou-se, ainda, que a via já se aproximava das ruas adjacentes, permanecendo aberta parte da estrutura de drenagem. Na sequência, foi relatada a realização de conversa com o Prefeito Municipal acerca da possibilidade de alteração da localização de viaduto nas proximidades da Universidade. Informou-se que estava sendo articulado o encaminhamento de ofício ao Ministério Público do Trabalho e à concessionária responsável pela rodovia, com solicitação de estudo de viabilidade. Destacou-se que a questão envolve, inicialmente, relação entre a concessionária e o Município, devendo eventual proposta ser submetida às análises técnicas e financeiras pertinentes, inclusive quanto a eventual necessidade de equilíbrio econômico-financeiro. Foi manifestada a intenção de que eventual solicitação fosse subscrita conjuntamente pela UFJ, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, considerando os impactos da intervenção sobre o acesso à Universidade e sobre a população do entorno. Quanto à expansão dos cursos de graduação, informou-se sobre reunião realizada no Ministério da Educação, na qual foram confirmadas as vagas anteriormente anunciadas para estudantes e docentes. Foi discutida a possibilidade de antecipação da oferta de cursos inicialmente previstos para etapas posteriores, especialmente Terapia Ocupacional, considerando a possibilidade de redistribuição das quinze vagas previstas entre diferentes cursos. Informou-se que, além de Terapia Ocupacional, estavam sendo encaminhadas providências relacionadas aos cursos de Artes Visuais, Educação Especial Inclusiva e à proposta de criação do curso de Comunicação Institucional, em formato tecnológico e noturno. Registrou-se que a manutenção da programação de expansão dependeria do cenário institucional e político, mas que a Universidade pretendia avançar com os encaminhamentos enquanto houvesse condições para tanto. Também foi relatada a articulação com o Município e o Ministério Público para viabilizar a cessão de prédio público anteriormente utilizado pelo antigo Cesut, atualmente envolvido em situação judicial. Informou-se que a utilização do imóvel pela UFJ poderia ampliar os espaços disponíveis para as atividades acadêmicas, tendo sido aventada, preliminarmente, a possibilidade de destinação do espaço para um centro tecnológico, reunindo cursos relacionados à área de tecnologia e contribuindo para a reorganização dos espaços acadêmicos, laboratórios e demais ambientes da Universidade. Em seguida, foram apresentados informes sobre participação institucional em comissões e espaços de discussão relacionados à governança, gestão pública e desenvolvimento acadêmico.

Registrou-se a definição da composição de novas comissões, inclusive comissão voltada a financiamento, governança e gestão pública, bem como a participação em comissão de desenvolvimento acadêmico. Foram mencionadas articulações no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e discussões relacionadas ao financiamento das universidades federais, às assimetrias orçamentárias e à necessidade de fortalecimento da atuação institucional nos fóruns nacionais. Ainda no âmbito dos informes, foram apresentadas considerações sobre a participação institucional em eventos e espaços de representação, bem como sobre a necessidade de fortalecer a comunicação interna e externa da Universidade. Ressaltou-se a importância de organizar a produção de conteúdos institucionais e manter regularidade na divulgação das ações da UFJ, tendo sido mencionada a articulação com a Secretaria de Comunicação para evitar interrupções na publicação dos conteúdos. Na sequência, foram apresentadas manifestações acerca da Resolução que trata da distribuição das atividades docentes, especialmente quanto à carga horária de ensino na graduação. Foi esclarecido que o normativo havia sido objeto de discussão em grupo de trabalho, reuniões com diferentes unidades e consulta pública, tendo sido destacada a participação de representantes de unidades acadêmicas e administrativas em sua construção. Também foram mencionados questionamentos recentes sobre a distribuição da carga horária e os impactos sobre a pós-graduação, especialmente diante da necessidade de compatibilização das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e orientação. Foi destacada a necessidade de avaliação mais aprofundada dos efeitos da norma, considerando situações de concentração de carga horária, distribuição de disciplinas e diferenças entre horas-aula e horas-relógio, especialmente no período noturno. Registrou-se que eventual revisão deveria ser precedida de análise dos impactos concretos e de discussão institucional adequada. A Prof. Sandra informou, ainda, que havia recebido propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos referentes à expansão acadêmica, incluindo documentos relacionados à Educação Especial Inclusiva, Libras, Física Computacional, Artes e Nanotecnologia. Informou que alguns cursos ainda não haviam apresentado seus PPCs ou não haviam dado retorno. Também foi relatada solicitação de alteração de turno para o curso de Química e intenção de alteração da denominação do curso de Química Bacharelado, com vistas ao alinhamento às novas tecnologias. Foi informado, ainda, que quatro das vinte e seis coordenações de cursos de graduação não haviam aderido, até aquele momento, ao trabalho de sensibilização e planejamento estratégico desenvolvido junto às coordenações. Ressaltou-se a preocupação com a baixa participação e com a necessidade de intensificação das ações de sensibilização, tendo sido informado que seriam realizadas novas reuniões coletivas e atendimentos individuais com os coordenadores. O prof. Marcos Wagner informou que seria encaminhado um instrumento às unidades administrativas para levantamento das necessidades de viagens relativas ao restante do ano e para subsidiar o planejamento do exercício seguinte. Destacou-se que o levantamento deverá permitir maior previsibilidade das demandas, apoiar o planejamento orçamentário e subsidiar a definição de prioridades, considerando as particularidades de cada unidade. **Ponto 2.** Foi submetida à apreciação dos membros a Ata de Reunião nº 6/2026. Não havendo manifestações ou solicitações de alteração registradas na transcrição, a ata foi aprovada, sem ressalvas registradas. **Ponto 3.** A Prof. Alana apresentou o processo SEI acerca do processo de identificação e análise de riscos destinado a subsidiar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. A apresentação teve como base a planilha de riscos anteriormente preenchida pelo Comitê, bem como documentos e indicadores institucionais, incluindo elementos provenientes de avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. Foi esclarecido que o trabalho apresentado possuía caráter preliminar e preparatório, devendo ser posteriormente validado pelo Comitê. A análise tomou como referência os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e os macroprocessos institucionais, considerando a identificação de eventos capazes de comprometer objetivos estratégicos e a geração de valor público. Foram apresentados conceitos relacionados à probabilidade, ao impacto e ao nível de risco, ressaltando-se que a classificação de determinado risco como alto ou extremo não significa que o evento tenha ocorrido ou que exista atribuição de falha ou responsabilidade. Destacou-se que a identificação de riscos constitui instrumento de gestão e de apoio à atuação dos gestores. Foi retomada a compreensão das três linhas de defesa, destacando-se que os gestores e unidades constituem a primeira linha; o Comitê, enquanto segunda linha, atua na supervisão, orientação e institucionalização da gestão de riscos; e a Auditoria Interna constitui terceira linha, exercendo suas atribuições com independência e autonomia técnica. Ressaltou-se a importância da adequada compreensão das atribuições da Auditoria Interna, evitando-se confusão entre atividades de auditoria, gestão e governança. Foi enfatizado que a Auditoria Interna não substitui os gestores na execução das atividades de gestão, cabendo-lhe avaliar e

agregar valor aos processos institucionais de forma independente. Na apresentação da matriz de riscos, informou-se que haviam sido mapeados noventa e três riscos, dos quais vinte e quatro haviam sido classificados como altos ou extremos. Os riscos estavam distribuídos entre processos finalísticos, de suporte e gerenciais, tendo sido destacados, entre os de maior criticidade, aspectos relacionados à infraestrutura e acessibilidade, permanência e assistência estudantil, recursos orçamentários, gestão patrimonial, manutenção da infraestrutura, integração e padronização de dados, sistemas de informação, sustentabilidade, internacionalização, acervo bibliográfico, expansão da demanda acadêmica, força de trabalho e execução dos objetivos estratégicos. Foi destacada a recorrência de riscos relacionados a dados, sistemas e tecnologia da informação, tendo sido discutida a necessidade de considerar a governança de tecnologia da informação como questão estratégica e transversal, abrangendo aspectos relacionados à segurança da informação, privacidade, governo digital, integração de sistemas, infraestrutura de rede e continuidade dos serviços. Também foram discutidas possibilidades de trabalhos de auditoria e consultoria a serem considerados na elaboração do PAINT, ressaltando-se que a seleção final dos trabalhos compete tecnicamente à Auditoria Interna, cabendo ao Comitê apresentar sugestões e indicações decorrentes da análise dos riscos institucionais. Durante os debates, destacou-se a importância de que as áreas avaliassem os riscos a partir de perguntas orientadoras, tais como o que pode dar errado nos processos de trabalho, quais situações já ocorreram e podem se repetir, de que terceiros dependem determinadas atividades e quais fragilidades podem comprometer a execução dos processos. Foi ressaltada, ainda, a necessidade de identificação das causas-raiz dos riscos, de modo a evitar que eventuais trabalhos de auditoria tratem apenas dos efeitos dos problemas sem alcançar suas causas estruturais. Foram apresentadas situações relacionadas à assistência estudantil como exemplos de riscos institucionais, especialmente dificuldades decorrentes de insuficiência de servidores, aumento da demanda, demora na realização de processos de seleção e pagamento de bolsas. Discutiu-se a possibilidade de utilização de mecanismos de apoio temporário e de consultorias especializadas em períodos críticos, sem prejuízo da necessidade de avaliação estrutural das causas dos problemas. Como encaminhamento, foi informado que o material apresentado será compartilhado com os membros para discussão junto às respectivas equipes e áreas. Solicitou-se que eventuais novos riscos ou ajustes na avaliação de probabilidade e impacto fossem identificados e previamente validados com as áreas envolvidas. Foi prevista nova discussão em reunião extraordinária do Comitê, indicada para o dia quinze de setembro de 2026, ocasião em que seriam definidas as sugestões de trabalhos a serem encaminhadas à Auditoria Interna. Também foi registrado que o prazo anteriormente solicitado pela Auditoria Interna seria objeto de pedido de dilação, tendo sido informado que a responsável pela Auditoria Interna havia concordado com o adiamento. Ficou indicado, para fins de organização interna, o dia onze de setembro como prazo para consolidação das contribuições destinadas à discussão da reunião extraordinária. **Ponto 4.** Na sequência, o Prof. Danival apresentou o parecer contendo a análise das providências adotadas pela UFJ em decorrência do Acórdão nº 875/2026-TCU-Plenário e do parecer do CGRC relacionados à necessidade de atuação institucional coordenada para o enfrentamento da ociosidade de vagas nos cursos de graduação. Foi informado que a Auditoria Interna havia encaminhado o processo às unidades competentes para conhecimento, análise e adoção de iniciativas institucionais. Posteriormente, o CGRC havia apreciado parecer que recomendava a adoção de medidas estruturadas, coordenadas e monitoradas. Na análise das manifestações apresentadas pelas unidades, foram identificadas iniciativas relacionadas à reformulação de cursos e alteração de turnos, desenvolvimento do projeto UFJ Virtual, capacitação docente em metodologias ativas, aperfeiçoamento dos processos de matrícula, implantação de sistema institucional de matrículas, realização de chamadas públicas, aproveitamento de vagas remanescentes, divulgação dos cursos e das formas de ingresso, programas de assistência estudantil e desenvolvimento de indicadores acadêmicos de permanência. Apesar dos avanços, foi ressaltado que as manifestações apresentadas eram, em sua maioria, descritivas ou propositivas e ainda não configuravam plano institucional plenamente estruturado, especialmente pela ausência, em alguns casos, de responsáveis, prazos, metas, indicadores, recursos e evidências de resultados. Foi ressaltada a necessidade de elaboração de diagnóstico institucional consolidado sobre a ocupação das vagas, considerando turno, modalidade de ingresso, formas de chamada e série histórica. Durante a discussão, foi esclarecido que parte significativa desses dados já havia sido produzida e estava disponível no MetaBase, estando pendente a consolidação e apresentação adequada dos dados em painéis que permitissem análise histórica. Debateu-se, ainda, a necessidade de integração entre Prograd, CGA, Proplan, unidades acadêmicas, SeTI, SeCom, Prae, Propessoas e demais áreas envolvidas, considerando

que a questão da ocupação de vagas possui natureza transversal e não pode ser atribuída exclusivamente à área acadêmica. Também foi discutida a necessidade de regulamentação e estabelecimento de procedimentos relacionados à criação, extinção, alteração e ampliação de cursos e vagas, observadas as competências das unidades envolvidas e a necessidade de análise técnica e jurídica. Foi destacada a importância de que a SeTI apresente manifestação formal sobre o sistema institucional de matrículas e sua integração com plataformas externas, incluindo cronograma, responsáveis e riscos relacionados. Também se discutiu a necessidade de estudos de disponibilidade e dimensionamento da força de trabalho por curso, evitando-se conclusões baseadas exclusivamente em quantitativos agregados de servidores. Ao final, foi proposta a consolidação das iniciativas das unidades envolvidas em um plano de ação único, contendo ações, responsáveis, prazos, métodos, indicadores, fontes de dados, recursos, riscos e evidências. Ressaltou-se que o processo deveria permanecer aberto até a comprovação das entregas prioritárias. Após discussão, foi manifestada concordância com a aprovação das manifestações apresentadas, com as ressalvas registradas, reconhecendo-se o atendimento parcial das providências e a necessidade de complementação. Foi indicada a continuidade do acompanhamento pelo Comitê, com previsão de apresentação dos resultados em reunião subsequente. **Ponto 5.** A Profª. Eva apresentou o parecer relativo ao Relatório Socioeconômico dos Ingressantes de 2026, elaborado pela Prograd, contendo diagnóstico do perfil dos estudantes ingressantes na UFJ. Registrou-se que o relatório contemplava informações demográficas, socioeconômicas e acadêmicas, com o objetivo de subsidiar o planejamento institucional e a formulação de políticas de permanência e inclusão. Foi informado que o levantamento alcançou 930 estudantes, correspondentes a 96,08% do universo de 968 estudantes matriculados. Destacou-se a evolução da taxa de resposta em relação ao levantamento anterior, que havia alcançado 70,95% em 2025, sendo considerada positiva a utilização do sistema acadêmico para aplicação do instrumento. Também foi considerada relevante a transparência quanto ao uso de ferramentas de inteligência artificial para apoio à análise e apresentação dos dados, com preservação das informações sigilosas. A análise do relatório evidenciou que parcela significativa dos ingressantes se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foram destacados dados referentes à renda familiar, à origem em escolas públicas e à demanda por assistência estudantil. Ressaltou-se que tais informações constituem elementos relevantes para a identificação e gestão de riscos institucionais, especialmente aqueles relacionados à evasão, retenção, permanência e conciliação entre trabalho e estudos. Foi discutida a necessidade de que os dados do relatório sejam efetivamente utilizados na tomada de decisões institucionais, superando-se a perspectiva de utilização meramente descritiva. Nesse sentido, destacou-se a importância da integração entre planejamento estratégico, orçamento, gestão de riscos e políticas de permanência. Foram mencionadas como áreas prioritárias a assistência estudantil, alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico, especialmente em relação aos cursos de licenciatura e aos estudantes com necessidades educacionais específicas. Também foi discutida a necessidade de articulação entre Prograd, Prae, PRPG, SDI, SeCom e demais áreas, com definição clara de responsabilidades, métodos e indicadores de desempenho. Destacou-se a importância de acompanhamento permanente dos indicadores de retenção e evasão, inclusive com possibilidade de segmentação por raça, cor, renda e tipo de escola de origem, observadas as regras aplicáveis à proteção de dados pessoais. No âmbito das políticas afirmativas, ressaltou-se que a garantia de acesso por meio das ações afirmativas representa apenas a primeira etapa, sendo necessário assegurar condições adequadas de permanência e conclusão dos cursos. Foi informada, nesse contexto, a intenção de contratação de bolsistas para acompanhamento mais próximo de estudantes indígenas, como estratégia de apoio à permanência. Quanto à comunicação institucional, foram discutidos os dados referentes às formas pelas quais os estudantes conhecem a UFJ e aos fatores que influenciaram sua escolha pela Universidade. Destacou-se a importância dessas informações para orientar ações de comunicação, divulgação dos cursos e fortalecimento da imagem institucional. Após as discussões, o Comitê manifestou-se favoravelmente ao parecer, reconhecendo sua relevância como instrumento de diagnóstico e de apoio à gestão estratégica, recomendando que seus dados sejam incorporados ao planejamento institucional, à gestão de riscos, às políticas de permanência e aos processos de planejamento orçamentário. Também foi ressaltada a necessidade de continuidade do acompanhamento dos indicadores e de integração das informações aos instrumentos de planejamento da Universidade. **Ponto 6.** O Prof. Rafael apresentou o parecer com proposta de institucionalização de mecanismos de governança, acompanhamento e monitoramento dos projetos financiados por órgão do Ministério da Educação, considerando a atuação da UFJ como instituição responsável pela gestão de projetos

descentralizados no Estado de Goiás. Inicialmente, foi apresentado histórico da atuação da Universidade na captação e gestão de projetos relacionados à formação continuada, diversidade, inclusão, educação indígena e direitos humanos. Informou-se que, a partir da experiência acumulada, a UFJ passou a exercer papel de referência na gestão de projetos descentralizados no Estado de Goiás, incluindo a gestão financeira e o acompanhamento de projetos. Foi ressaltada a necessidade de estruturação dos fluxos internos de gestão das informações, abrangendo não apenas os aspectos financeiros, mas também indicadores, evidências, responsabilidades e acompanhamento pedagógico e administrativo. Foi apresentada uma matriz de governança construída a partir do mapeamento de processos, riscos e responsabilidades. A proposta contempla a participação da Reitoria, das pró-reitorias, de ponto focal para gestão financeira e dos coordenadores dos projetos, com definição de responsabilidades ao longo da execução dos instrumentos de descentralização. Entre os mecanismos propostos, destacaram-se a definição e formalização dos papéis e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos; adoção de matriz de acompanhamento das contrapartidas institucionais; estabelecimento de rotina periódica de acompanhamento dos indicadores de acesso, permanência, conclusão e abandono; organização de repositório ou mecanismo institucional para armazenamento das evidências relacionadas à execução dos projetos e aos resultados alcançados; acompanhamento das ações de acessibilidade e produção de materiais; e realização de reuniões periódicas de alinhamento com coordenadores e proponentes. Foi ressaltado que as matrizes apresentadas deveriam ser utilizadas inicialmente como instrumentos de referência, podendo ser aperfeiçoadas a partir da experiência de execução dos projetos. Durante a discussão, foram apresentados resultados relacionados à captação de recursos externos e à atuação da UFJ em projetos de inclusão e formação. Os participantes destacaram a importância de ampliar a divulgação dos resultados alcançados, especialmente por meio de dados sobre pessoas atendidas, pessoas capacitadas e recursos captados. Após a apresentação e discussão, houve manifestação favorável à proposta, reconhecendo-se a relevância da estruturação dos mecanismos de governança para assegurar maior controle, transparência, acompanhamento e capacidade de prestação de contas dos projetos. **Ponto 7. Outros assuntos:** Foram apresentados informes sobre a conclusão de obras e intervenções de infraestrutura. Foi informado que a quadra se encontrava próxima da entrega oficial, restando apenas avaliações e ajustes de manutenção por parte da empresa responsável. Também foi mencionado o andamento das obras relacionadas ao acesso e à terraplanagem, com previsão de continuidade dos serviços até a conclusão da intervenção. A Prof.ª Maria José apresentou informações sobre novas propostas de programas de pós-graduação, decorrentes de edital interno. Foram mencionadas propostas de dois doutorados, nas áreas de Agronomia e Biociências e Saúde Única, e dois mestrados, sendo um Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e um Mestrado em História. Informou-se que as propostas se encontravam em análise por comissão interna, com verificação de adequação aos requisitos necessários para posterior submissão. Foi ressaltada a importância estratégica das propostas para a expansão e consolidação da pós-graduação da UFJ, especialmente em áreas com demanda regional. Também foi informado o andamento de iniciativa relacionada à governança dos sistemas da pós-graduação, envolvendo a integração entre sistemas acadêmicos, repositórios e sistemas da CAPES, com o objetivo de reduzir procedimentos manuais e aprimorar o fluxo de informações. Na sequência, a TAE Estael apresentadou a proposta de criação do curso de Comunicação Institucional, na modalidade de curso tecnológico e em período noturno. Informou-se que a comissão responsável estava elaborando o respectivo Projeto Pedagógico de Curso e que o documento seria encaminhado para tramitação institucional. Foi discutida a necessidade de definição das vagas destinadas ao curso, inclusive mediante eventual remanejamento de vagas, observadas as instâncias competentes. Ressaltou-se que a proposta busca atender demanda relacionada à formação de profissionais que já atuam ou pretendem atuar na área de comunicação em empresas, órgãos públicos e demais instituições, sendo destacada a expectativa de que o curso possa contribuir para a atração de novos estudantes para a UFJ. A TAE Simone convidou os presentes e suas respectivas equipes para atividades de formação destinadas aos gestores e servidores. Divulgou a ação de formação relacionada ao enfrentamento do assédio e da discriminação no serviço público, com início previsto para o dia vinte e oito de setembro, bem como palestra relacionada à acessibilidade e oficina sobre mapeamento de processos. Informou que as ações de formação estavão sendo divulgadas no grupo institucional de gestores e gestoras e que a participação dos servidores seria importante para o fortalecimento da cultura de governança, gestão de processos e desenvolvimento institucional. A Prof. Sandra informou sobre a resolução de ocupação de vagas ociosas, aprovada por unanimidade na Câmara de Graduação. Comunicou que o novo modelo prevê a abertura de até cem por

cento das vagas ociosas, tendo sido mencionado edital com aproximadamente 490 vagas. Foi esclarecido que as coordenações de curso possuem possibilidade de definir a distribuição das vagas entre modalidades de ingresso, tais como portador de diploma, mudança de curso e reingresso, considerando as particularidades de cada curso. Durante a discussão, ressaltou-se a necessidade de que a política de ocupação das vagas seja acompanhada por dados e séries históricas que permitam verificar quais vagas foram ofertadas, quais foram efetivamente ocupadas e por quais modalidades de ingresso. Destacou-se que a análise desses dados permitirá decisões mais objetivas e fundamentadas, contribuindo para a definição de estratégias específicas para cada curso. Também foi discutida a diferença entre cursos de alta e baixa procura, ressaltando-se que a análise da ocupação das vagas deve considerar as particularidades de cada curso e o comportamento histórico da demanda. Reforçou-se a importância da disponibilização de painéis e ferramentas de análise que permitam aos gestores utilizar os dados acadêmicos para subsidiar decisões. Ao final, foi reiterada a importância do mapeamento dos processos institucionais, considerando a meta estabelecida no PDI, e foi reforçada a necessidade de participação de servidores das unidades administrativas nas atividades de capacitação e mapeamento de processos. Nada mais havendo a tratar, os reitores agradeceram a presença de todos e encerrou a reunião às 11:40h. Nada mais havendo a relatar, eu, Lázara Cristhiane de Assis, lavrei a presente ata, que será assinada após aprovação.

Documento assinado eletronicamente por **LAZARA CRISTHIANE DE ASSIS**, **Assessora do Gabinete da Reitoria**, em 14/09/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO PERES COELHO**, **Reitor da Universidade Federal de Jataí**, em 15/09/2026, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS WAGNER DE SOUZA RIBEIRO**, **Pró-Reitor de Administração e Finanças**, em 15/09/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO PORTO SIMOES MATHIAS**, **Prefeito(a) Universitário(a)**, em 15/09/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SILVA FREITAS**, **Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Orçamento**, em 15/09/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SIMONE REZENDE DO CARMO**, **Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas**, em 15/09/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE RODRIGUES**, **Pró-Reitora de Pós-Graduação**, em 15/09/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA APARECIDA BENITE RIBEIRO**, **Pró-Reitora de Graduação**, em 15/09/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SIQUEIRA SILVA**, **Pró-Reitor Adjunto de Extensão, Cultura e Esporte**, em 15/09/2026, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ESTAEL DE LIMA GONCALVES**, **Secretária de Comunicação**, em 15/09/2026, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DANILO VIEIRA OLIVEIRA**, **Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 16/09/2026, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DANIVAL VIEIRA DE FREITAS**, **Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento**, em 16/09/2026, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **EVA APARECIDA DE OLIVEIRA**, **Pró-Reitora de Assuntos Estudantis**, em 16/09/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **NUBIA DE SOUZA LOBATO**, **Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação**, em 16/09/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **GILDIBERTO MENDONCA DE OLIVEIRA**, **Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação**, em 17/09/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ALANA FLAVIA ROMANI**, **Vice-Reitora da Universidade Federal de Jataí**, em 24/09/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ERIN CAPERUTO DE ALMEIDA**, **Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Esporte**, em 28/09/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0637411** e o código CRC **0937CA48**.

Referência: Processo nº 23854.000670/2026-28 SEI nº 0637411